

## **8. ESCOLHA E INÍCIO DO PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO N. CP.14.16.DACPGP – EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES:**

Da **DPCG/DACPGO** submetendo ao Executivo Municipal a proposta de procedimento relativa ao **Concurso Público** para a empreitada de Obra Pública acima identificada, cujo preço base estimado é de **8.000.000,00 euros**, sem IVA, bem como a aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, nos termos da alínea b), nºs. 1 e 2 do artº. 40º. do CCP.

Mais se propõe a designação do seguinte júri, que conduzirá o concurso:

### **Membros efetivos:**

- a) Alzira Torres (Presidente)
- b) Manuel Dantas (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)
- c) Gaspar Silva
- d) Paula Pereira
- e) Valéria Borges
- f) José Coutinho
- g) André Ruão

### **Membros suplentes:**

- a) Luís Almeida
- b) Sérgio Carvalho

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa

nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.



BRAGA

DPCG/DACPGP

PROPOSTA N.º CP.14.16.DACPGP

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

O Diretor do DPCG/DACPGP,

(Carlos Meireles)

2016/09/12

Despacho:

O Presidente,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

16/09/12

PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO N.º CP.14.16.DACPGP

**ASSUNTO: ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**Empreitada: REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA.**

**Vocabulário CPV:**

**45453100-8 Obras de recuperação**

**PREÇO BASE:**

**€8.000.000,00**

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara para esta obra, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de €8.000.000,00, sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação.

Página 1 de 5

Praça do Município 4704 - 514 BRAGA - tel.: 253 203 150 - fax: 253 217 239 - e-mail: [contratacao.publica@cm-braga.pt](mailto:contratacao.publica@cm-braga.pt)

VB.

Face ao valor e considerando que a referida contratação está abrangida pelas normas acima assinaladas, constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela retificação 18-A de 2008 de 23 de Março, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, solicita-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, e alínea b) do artigo 19.º, ambos do CCP, autorização para se adotar o "**Concurso público**", propondo-se ainda o seguinte:

## 1 – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

A aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos.

1.1. - Encontram-se reunidas as necessárias condições para a formação do contrato de empreitada de **Reabilitação do Parque de Exposições de Braga**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos*,

- I. Adotando, para o efeito, o **procedimento de concurso público, com publicação no *Jornal Oficial da União Europeia***, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, b), 130.º e 131.º do *Código dos Contratos Públicos*, ao abrigo do critério de valor do contrato para a escolha do procedimento, porquanto:
  - a) O valor do contrato, apurado nos termos do disposto no artigo 17.º do *Código dos Contratos Públicos*, pode vir a corresponder ao montante de **€ 8.000.000 (oito milhões de euros)**;
  - b) O procedimento de concurso público sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia* permite, apenas, a celebração de contratos de empreitada de obras públicas de valor inferior a € 5.186.000, nos termos da alínea b), do artigo 19.º; já o procedimento de concurso público com publicação de anúncio no referido *Jornal Oficial da União Europeia* permite a celebração de contratos de empreitada de obras públicas de qualquer valor, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, razão pela qual, face ao valor estimado para a formação do contrato, se imponha a adoção de um processo de contratação de acesso público com divulgação internacional;

**II.** Adotando, para o efeito, as **peças procedimentais** anexas à presente e que se indicam:

- a) Programa do procedimento e respetivos anexos, no qual se integra o regulamento de análise e avaliação das propostas;
- b) Caderno de encargos:
  - i. Cláusulas jurídicas;
  - ii. Projeto de execução;

**III.** Fixando-se os **parâmetros base** seguintes:

- a) O preço base do procedimento será o de € **8.000.000 (oito milhões de euros)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato;
- b) O prazo base é o de **300 dias**, significando este o prazo máximo de execução da obra e que pode ser oferecido pelos concorrentes;

**IV.** O **Júri do procedimento** terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções:

**Membros efetivos:**

- a) Alzira Torres (Presidente)
- b) Manuel Dantas (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)
- c) Gaspar Silva
- d) Paula Pereira
- e) Valéria Borges
- f) José Coutinho
- g) André Ruão

**Membros suplentes:**

- a) Luís Almeida
- b) Sérgio Carvalho

**V.** No Júri serão **delegadas as competências** constantes do *regulamento de funcionamento do júri* em anexo;

- VI. A adjudicação obedecerá ao **critério da proposta economicamente mais vantajosa**, por ponderação dos fatores e subfatores seguintes:

Fatores		Subfatores		Ponderação		
Preço				60%		
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	30%		100%	
	Programa de trabalhos	50%				
Prazo de execução				10%		

- VII. Os trabalhos de análise e a avaliação das propostas obedecerão ao previsto no *Regulamento de Análise das Propostas* anexo à presente;
- VIII. Considerar-se-á, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º e n.º 2 do artigo 132.º, como **preço anormalmente baixo**, todos aqueles que sejam **40%** ou mais inferior ao preço base deste procedimento (€ 4.800.000);

## 2 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;

- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

### **3 – DECISÃO DE CONTRATAR**

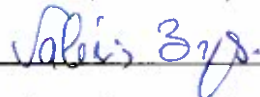
O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

### **4 – CABIMENTO ORÇAMENTAL**

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento prévio n.º 2016033/1091 de 12/09/2016.

12 de setembro de 2016

DPCG/DACPGP,



(Téc. Valéria Borges)

#### **Em anexo:**

- Programa do concurso;
- Caderno de encargos.